

**FACULDADE DE
CIÊNCIAS SOCIAIS**

CURSO: ADMINISTRAÇÃO

LINHA DE PESQUISA: FINANÇAS PÚBLICAS

ÁREA: POLÍTICA FISCAL



**TECNOLOGIA E
APLICADAS – FATECS**

**LUIS EDUARDO TAVERNARD NOLETO
21486015**

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO BRASILEIRO:
CONSEQUÊNCIAS PARA A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO
PAÍS**

**Brasília
2018
LUIS EDUARDO TAVERNARD NOLETO**

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO BRASILEIRO:
CONSEQUÊNCIAS PARA A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO
PAÍS**

Trabalho de Curso (TC) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso de Administração de Empresas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Raphael Leon Peres Thomazine Brocchi

Brasília
2018
LUIS EDUARDO TAVERNARD NOLETO

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO BRASILEIRO:
CONSEQUÊNCIAS PARA A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO
PAÍS**

Trabalho de Curso (TC) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso de Administração de Empresas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília, 09 de maio de 2018.

Banca Examinadora

Raphael Leon Peres Thomazine Brocchi

Orientador(a)

Prof. (a):

Examinador(a)

Prof. (a):

Examinador(a)

Brasília
2018

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO BRASILEIRO

Luis Eduardo Tavernard Noletto
Raphael Leon Peres Thomazine Brocchi

RESUMO

Este artigo teve o objetivo de analisar a importância do equilíbrio fiscal para a situação socioeconômica do Brasil. Para isso, foi feito um levantamento de dados secundários referentes ao crescimento econômico, resultado fiscal e nível de pobreza registrados no Brasil desde o ano de 1995. Depois, utilizou-se o Coeficiente de Correlação de Pearson para medir a correlação entre o resultado fiscal e o crescimento econômico entre os anos de 1995 e 2017 e entre o crescimento econômico e o nível de pobreza entre os anos de 1995 e 2015. A conclusão é que um resultado fiscal equilibrado tem uma importância parcial para a situação socioeconômica do país, uma vez que influencia positivamente o crescimento econômico do país, mas esse maior crescimento tem pouca relevância para o aspecto social relacionado ao nível de pobreza.

Palavras-chave: resultado fiscal; crescimento econômico; pobreza

Professor adjunto do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Email:
raphael.brocchi@ceub.edu.br

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Glossário do Portal da Transparência do Governo Federal, o orçamento público é a lei de iniciativa do Poder Executivo que prevê a receita e estabelece a despesa da administração pública. É formulada em um exercício financeiro para, depois de aprovada pelo Poder Legislativo, vigorar no exercício seguinte.

Conforme Dal Bem Pires e Motta (2006), o embrião do orçamento público é a Magna Carta britânica de 1215 que, entre outras coisas, proibiu o rei de criar novos tributos sem a autorização do parlamento. No entanto, o orçamento público na forma de um documento formal só foi introduzido na Grã-Bretanha a partir de 1822. Era um documento que justificava o conjunto de receitas e despesas do poder executivo que, por sua vez, era obrigado a prestar contas ao poder legislativo. O avanço do processo orçamentário francês institui princípios orçamentários que até hoje são seguidos por vários países do mundo, inclusive o Brasil. Entre eles estão: o orçamento deverá ser votado uma vez por ano (anuidade); deverá ser votado antes do exercício financeiro que ele contempla (anterioridade); deverá prever todas as receitas e despesas necessárias para o ano (universalidade); e, todas as receitas devem ser recolhidas a um caixa único e sem uma destinação específica (não afetação de receitas). Nos EUA, vale destacar a criação do orçamento base zero que obrigava que cada item programático das despesas fosse acompanhado de uma justificativa. No Brasil, a Constituição Imperial de 1824 já estabeleceu as primeiras exigências para a adoção de um orçamento público que deveria ser elaborado pelo poder executivo e aprovado pela Assembleia Geral. Depois, durante as várias alterações que ocorreram no regime político brasileiro, a participação do poder legislativo no processo orçamentário era diminuída em períodos de governos mais autoritários e aumentada durante períodos mais democráticos. A atual constituição federal promulgada atribui ao poder executivo a formulação do orçamento, mas garante ao poder legislativo uma relevante participação

no processo orçamentário, inclusive com a possibilidade de formular emendas.

Em sua obra “ Teoria das Finanças Públicas “, o economista Richard Musgrave (1976) conceitua as finanças públicas como todo o conjunto de questões que envolvem as receitas e despesas do governo. Para ele, o capitalismo moderno se respalda na convivência entre a economia de livre mercado e as políticas intervencionistas do Estado, classificadas em 3 funções básicas: alocativa, distributiva e estabilizadora. A função alocativa acontece quando o governo destina recursos aos bens públicos como escolas, hospitais e rodovias. A função distributiva se manifesta quando o governo transfere parte dos recursos provenientes dos tributos a setores específicos da sociedade de modo a diminuir a desigualdade de renda e a pobreza. Já a função estabilizadora tem o objetivo de manter os níveis de emprego e inflação em um patamar equilibrado de forma que a estabilidade econômica seja mantida. Todas essas funções do governo ocorrem por meio de sua política fiscal e monetária, as quais são instrumentalizadas por meio do orçamento público.

Segundo Abreu e Câmara (2015), o orçamento público é o instrumento básico das ações governamentais por ser resultado do consenso político e econômico acerca da viabilidade das políticas públicas.

A partir disso, este trabalho propõe o seguinte problema de pesquisa: Qual é a importância do equilíbrio fiscal para a situação socioeconômica do Brasil?

De acordo com o Comunicado do Comitê de Datação do Ciclo Econômico da Fundação Getúlio Vargas (2015), a economia brasileira entrou em recessão no segundo trimestre de 2014. Conforme Barbosa Filho (2017), essa recessão foi causada pela chamada "Nova Matriz Econômica" (NME) adotada durante o governo da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016). A NME foi um programa que gerou um sério desequilíbrio fiscal por meio de medidas como a elevação dos gastos

discrecionários, o aumento de subsídios públicos e a intervenção em preços.

O relatório Um Ajuste Justo do Banco Mundial (2017) destaca que a deterioração fiscal brasileira dos últimos anos ocorreu devido à queda das receitas como consequência da recessão e ao aumento constante dos gastos públicos. Se esse cenário persistir, os resultados serão a desvalorização cambial, a perda de credibilidade junto aos investidores e o aumento da inflação, levando o Brasil de volta aos anos 1980 e início dos anos 1990.

Já o relatório Retomando o Caminho para a Inclusão, o Crescimento e a Sustentabilidade do Banco Mundial (2016) alerta que o desequilíbrio fiscal alinhado à inflação e ao desemprego representa um sério risco às conquistas sociais da última década.

Não obstante a toda essa situação fiscal adversa, é importante ressaltar que, segundo o Relatório de Acompanhamento Fiscal da Instituição Fiscal Independente (2018), o Brasil possui onze regras fiscais tanto de natureza constitucional quanto infraconstitucional que disciplinam o resultado fiscal, a receita, a despesa e a dívida.

Neste cenário em que há uma série deterioração da situação fiscal brasileira em um ano eleitoral, Nakaguma e Bender (2010) apontam que a capacidade do cidadão brasileiro de identificar as manipulações eleitoreiras da gestão fiscal está melhorando ao longo do tempo.

A partir disso, o objetivo geral dessa pesquisa será analisar a importância do equilíbrio fiscal para a situação socioeconômica do Brasil.

Os objetivos específicos da pesquisa serão:

- Analisar o crescimento econômico
- Analisar a pobreza
- Analisar o equilíbrio fiscal
- Correlacionar equilíbrio fiscal e crescimento econômico
- Correlacionar crescimento econômico e nível de pobreza

Este trabalho é composto por cinco seções. A primeira seção é composta pela introdução. A segunda seção é composta por um referencial teórico subdividido em três partes. A primeira parte faz um breve histórico da situação fiscal, econômica e social do Brasil entre os anos de 1995 e 2017. Por sua vez, a segunda parte discorre sobre o conceito de equilíbrio fiscal e sua correlação com o crescimento econômico e a terceira parte discorre sobre os conceitos de crescimento econômico e pobreza e sobre a correlação que há entre eles. A terceira seção é formada pelo método de pesquisa e a quarta seção pela apresentação e discussão dos dados. Por fim, a quinta seção é composta pelas considerações finais, limitações de pesquisa e sugestões de agenda futura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO

Segundo Oliveira e Turolla (2003), o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) pode ser caracterizado como um período de estabilização com desequilíbrio, já que a política econômica conseguiu manter a inflação baixa, mas gerou uma deterioração fiscal. Nesse período, o Brasil enfrentou três grandes crises de países emergentes: as crises russa, asiática e mexicana. Com o intuito de manter o equilíbrio cambial, uma das medidas defensivas adotadas pelo governo foi a contração monetária, o que elevou a despesa de juros e contribuiu para o desequilíbrio fiscal. Além disso, a maior parte das mudanças fiscais de alcance estrutural que foram propostas, a exemplo da reforma da previdência, não conseguiram vencer a resistência política. Com tudo isso, o crescimento médio do PIB foi de 2,6 %, menor do que a média dos países em desenvolvimento e da América Latina.

O segundo mandato (1999-2002) foi marcado por um reequilíbrio das políticas monetária e cambial, além da aprovação de projetos de lei orientados para o equilíbrio fiscal, como a lei de responsabilidade fiscal e

as metas de superávit primário. Nesse período, o crescimento médio do PIB caiu para 2,2 %, prejudicado, entre outras coisas, por uma situação internacional negativa e pela crise energética.

Giambiagi (2002) aponta o aumento contínuo do gasto público primário federal como principal causa da piora da situação fiscal durante o primeiro mandato. Já a recuperação do superávit primário que aconteceu no segundo mandato ele credita ao regime de restrição orçamentária a que o Brasil se submeteu no acordo com o Fundo Monetário Internacional de 1998.

Draibe (2003) mostra que o sistema de proteção social do governo FHC buscou combinar programas sociais universais, especialmente aqueles ligados a saúde e a educação, com programas focalizados no combate à pobreza como o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação.

Segundo Martins (2007), o primeiro governo Lula (2003-2006) buscou conter os desequilíbrios fiscais herdados do governo FHC por meio de políticas como a manutenção de altas taxas de juros para controlar a inflação e o corte de gastos públicos com o intuito de alcançar um superávit primário. O crescimento econômico teve uma alta em 2004 impulsionado pela política de câmbio flutuante, pela expansão da política de crédito do BNDES e pela melhoria da economia mundial. No entanto, a alta dos juros foi um fator danoso ao crescimento nesse período.

De acordo com Barbosa e Souza (2010), o segundo governo Lula (2007-2010) foi marcado por uma inflexão da política econômica para uma visão desenvolvimentista por meio de medidas como a elevação do salário mínimo e do investimento público. Essas medidas contribuíram para a aceleração do crescimento econômico brasileiro no período 2006-2008. Em 2009, a economia brasileira sofreu uma recessão devido ao impacto da crise global. A resposta do governo brasileiro foi uma série de medidas de estímulo ao crédito e ao consumo, o que favoreceu a recuperação do crescimento já em 2010. Gruss (2014), por sua vez, aponta a grande contribuição da alta dos preços internacionais das

commodities no período de 2003-2011 para o crescimento econômico dos países exportadores desses produtos, como o Brasil.

O relatório do Banco Mundial Salvaguardas Contra a Reversão dos Ganhos Sociais Durante a Crise Econômica no Brasil (2017) salienta a redução no nível de pobreza que ocorreu no Brasil entre 2004 e 2014 devido ao crescimento do emprego formal, o aumento real dos salários e as políticas de distribuição de renda implantadas, a exemplo do Bolsa Família.

Barbosa (2017) enfatiza os erros de política monetária e fiscal do governo Dilma (2011-2016) com a adoção da NME (Nova Matriz Econômica). Esta, por sua vez, consistiu em uma série de ações que aumentaram os gastos públicos, provocando a degradação do equilíbrio fiscal. Todo esse cenário em conjunção com eventos internacionais desfavoráveis como a crise do Euro e a desaceleração de países emergentes, conforme mostrado por Paula e Pires (2017), conduziram o Brasil à recessão econômica a partir do segundo trimestre de 2014 de acordo com o que o Comunicado do Comitê de Datação do Ciclo Econômico da Fundação Getúlio Vargas (2015) demonstrou.

Barbosa (2017) já constata os esforços em direção ao equilíbrio fiscal que foram feitos já no governo do presidente Temer (2016-2018) como a aprovação da PEC do teto de gastos e o envio da reforma da previdência social ao Congresso Nacional.

Paula e Pires (2017) argumentam que para ajudar na recuperação econômica o governo Temer deveria preservar os investimentos públicos, limitar o crescimento da folha de pagamento da União e fazer uma reforma da previdência. Para eles, a PEC do teto dos gastos defendida pelo governo faz com que ele perca a capacidade de utilizar a política fiscal como instrumento anticíclico, o que pode prejudicar o crescimento econômico no longo prazo.

2.2 RESULTADO FISCAL X CRESCIMENTO ECONÔMICO

A Constituição Brasileira de 1967 consagra explicitamente o princípio do equilíbrio fiscal quando, em seu art. 66, § 3º, diz que “o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período”. Já a Constituição de 1988 não apresenta de maneira expressa esse princípio, mas, em seu artigo 163, diz que lei complementar disporá sobre as finanças públicas. Essa Lei Complementar é a n.º 101 de 4 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Para que haja o equilíbrio das contas públicas, essa lei regulamenta, entre outras coisas, o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e estabelece limites e condições à renúncia de receita e à geração de despesas com pessoal e da seguridade social.

Segundo o Manual de Estatísticas Fiscais do Boletim de Resultado do Tesouro Nacional (2016), existem duas maneiras de se verificar o equilíbrio fiscal: o resultado nominal e o resultado primário. O resultado nominal representa a diferença entre todas as receitas e despesas do Governo Central. Já o resultado primário corresponde ao resultado nominal excluídas as despesas com os juros da dívida líquida.

Conforme Lopreato (2007), a influência da política fiscal sobre o desempenho econômico de um país é um tema bastante recorrente na literatura econômica. Por exemplo, em seu artigo, Belton e Cebula (1992) defendem a adoção de uma política fiscal responsável ao demonstrarem que déficits orçamentários e taxas de impostos mais altas reduzem o nível de crescimento econômico. Nessa mesma linha, Montes e Almeida (2016) mostram que o alcance de um superávit primário por parte do governo sinaliza ao meio empresarial um maior comprometimento com as contas públicas, o que aumenta a confiança dos negócios e estimula a produção industrial.

Alesina e Ardagna (1998) consideram um período de ajuste de ajuste fiscal como sendo um ano em que o resultado primário melhorou a um nível de pelo menos 2 % do PIB ou um período de 2 anos consecutivos nos quais o resultado primário melhorou a um nível de pelo

menos 1,5 % do PIB nos dois anos. A partir desse padrão, eles demonstram como os indicadores melhoram no biênio posterior ao período do ajuste fiscal em relação ao biênio anterior ao ajuste. Nessa comparação, nota-se que o nível de crescimento econômico e os investimentos privados aumentam e o nível de desemprego diminui. Giavazzi e Pagano (1990) corroboram essa ideia ao demonstrarem que a teoria keynesiana tradicional de que um ajuste fiscal prejudica crescimento econômico pode não ocorrer. Para eles, isso acontece no caso de o setor privado interpretar esse ajuste como um sinal de que, a longo prazo, a proporção dos gastos do governo em relação ao PIB diminuirá. Com isso, as empresas e as famílias elevariam a sua expectativa de renda e, por consequência, seus investimentos e seu consumo.

Moreira e Rocha (2011), por sua vez, demonstram a influência que a política fiscal exerce inclusive na política monetária quando comprova a correlação positiva que há entre déficit primário e a taxa básica de juros nas economias emergentes, daí a necessidade de uma política fiscal responsável.

2.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO X POBREZA

Segundo Randall (1987) conforme citado por Kamogawa (2003), o conceito de prosperidade no início da história da raça humana estava ligado à capacidade de encontrar alimentos e abrigo para sobreviver. No entanto, a partir de sua superioridade intelectual em relação às outras espécies, o ser humano desenvolveu a agricultura, domesticou os animais, aprendeu a dominar os metais e criou formas de organização social mais complexas. A partir disso, tribos isoladas se transformaram em sociedades que cresceram e progrediram. Com o surgimento das primeiras cidades, o comércio se desenvolveu e a expansão das atividades produtivas fez surgir a necessidade de se encontrar novas fontes de recursos. Depois disso, ocorreram uma série de eventos como a expansão marítima, a revolução comercial e a revolução industrial que

trouxeram a primeira noção de crescimento econômico como sendo o aumento do acúmulo de riquezas por uma nação a fim de expandir seu consumo interno e seu comércio com outras nações. Conforme Corazza (2009), foi nesse momento de advento do capitalismo que a economia se consolidou como ciência, uma vez que, antes disso, as ideias relativas à economia não formavam um conjunto sistêmico de conhecimentos centrados em um eixo próprio e eram abordadas por outras áreas do conhecimento como a filosofia, o direito e a política.

De acordo com Matos e Rovella (2010) e Silva, Nelson e Silva (2018), a primeira fase do pensamento econômico enquanto ciência foi construída pela Escola Clássica da economia encabeçada por Adam Smith. Ele defendia que o crescimento econômico de uma nação está totalmente associado a um maior acúmulo de capital. Em sua obra “A Riqueza das Nações”, Adam Smith (1983) defende que fatores como o aumento da mão de obra ativa, a industrialização, a especialização da produção e a abertura ao comércio exterior favoreceriam o acúmulo de capital e, por consequência, o crescimento econômico. Além disso, ressalta que o papel do governo não deve interferir na economia, apenas preservar os direitos e as instituições que garantem a liberdade econômica. Marx (1988) também adere a essa ideia de que o crescimento econômico é gerado pelo crescente acúmulo de capital, todavia afirma que este se concentra nas mãos da elite burguesa às custas do aumento da miséria da classe operária. Para solucionar esse problema, ele propõe a destruição do sistema capitalista e a implantação de um sistema socialista, no qual o Estado seria o dono de todos os meios de produção. Já Schumpeter (1997) confronta parcialmente essa visão unidimensional do crescimento econômico como simples aumento do acúmulo de capital quando argumenta que o progresso econômico se dá pelo conjunto de inovações técnicas e tecnológicas que rompem o equilíbrio das estruturas e fluxos econômicos estabelecidos gerando uma organização mais eficiente dos fatores de produção.

Segundo Matos e Rovella (2010), o período de reconstrução da Europa depois da segunda guerra mundial foi marcado por uma grande discussão econômica acerca das desigualdades de renda que eram observadas entre países ricos e pobres e dentro das próprias sociedades industrializadas. A grande inspiração desse debate foi a teoria keynesiana. Isso aconteceu porque Keynes (2004) defendia uma participação ativa do governo na economia a fim de impulsionar o crescimento econômico, garantir o pleno emprego e criar um Estado de bem-estar social que corrija parcialmente a desigualdade de renda gerada pelo sistema de mercado.

Além da questão social, Silva, Nelson e Silva (2018) destacam o surgimento da preocupação com o meio ambiente em meados dos anos 1960, época a partir da qual se buscou um modelo que conciliasse o crescimento econômico com o bem-estar socioambiental. A preocupação com a questão ambiental é reforçada por Meadows et al. (1972), que recomendam a diminuição do ritmo de crescimento econômico por parte dos países porque preveem que o aumento populacional e da produção industrial resultante desse crescimento geraria o esgotamento de vários recursos ambientais. Por outro lado, o relatório Nosso Futuro Comum (1987) traz o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual busca conciliar os aspectos econômico, social e ambiental, por meio da formulação de um modelo que atende as necessidades das gerações presentes sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas.

Hofmann (2001) confirma a grande preocupação social que a ciência econômica possui quando aponta a vasta literatura científica que analisa o crescimento econômico, a distribuição de renda e a correlação entre eles. Nesse sentido, Crespo e Gurovitz (2002) trazem os conceitos de pobreza absoluta e de pobreza relativa. A pobreza relativa diz respeito àqueles indivíduos que estão abaixo de uma linha de pobreza definida a partir da mensuração do que seria o padrão médio de vida de uma determinada sociedade, portanto se confunde com o conceito de

desigualdade de renda. Já a pobreza absoluta diz respeito àqueles indivíduos que estão abaixo daquilo que foi estabelecido como o padrão mínimo de vida para um ser humano em termos de acesso a alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais. Dentre as pesquisas que abordam a correlação entre crescimento econômico e pobreza está a de Adams (2003), que mostra a forte correlação estatística que existe entre o nível de crescimento econômico e a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Um crescimento econômico de 10 % produz uma diminuição de 25.9 % no número de pessoas vivendo na pobreza (1 dólar por dia). Além dele, Dollar e Kraay (2002) demonstram a importância de uma política macroeconômica que incentive o crescimento econômico, mantenha uma baixa inflação e uma disciplina fiscal para que haja o aumento de renda de todas as classes sociais. Barros, Henriques e Mendonça (2000), por sua vez, reconhecem as contribuições do crescimento econômico para a redução da pobreza, mas ponderam que a prioridade maior para a redução desta deve ser o combate à desigualdade de renda, que ainda é muito grande no Brasil. Já Simon Kuznets (1955) defende que nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico de um país a distribuição de renda tende a piorar e não melhora até que ele atinja um patamar de renda médio. Ou seja, se nessas etapas iniciais do desenvolvimento, a desigualdade de renda aumentar, a consequência será uma diminuição muito lenta do nível de pobreza. No entanto, ele é contestado por Ravallion (1995), o qual demonstra que o crescimento econômico é quase neutro em relação ao aumento ou diminuição da desigualdade de renda.

3 MÉTODO

Esta pesquisa é classificada como quantitativa quanto à sua natureza e explicativa quanto aos seus objetivos. Segundo Mattar (2001), a pesquisa quantitativa busca corroborar hipóteses por meio da análise de um vasto número de casos representativos e da utilização de dados estruturados e estatísticos. Para Gil (2002), o objetivo principal da

pesquisa explicativa é a identificação dos fatores que provocam ou que favorecem a ocorrência de um fenômeno. Quanto à escolha do objeto de estudo, a amostragem é não probabilística, que, de acordo com Mattar (2001), é aquela em que a formação da amostra depende ao menos em parte do juízo do pesquisador. Já em relação à técnica de coleta de dados, foi feito um levantamento de dados secundários, que, segundo Mattar (2001), são aqueles dados que já foram coletados e ordenados e estão à disposição de quem tiver interesse.

O estudo analisou a correlação entre o resultado fiscal e o crescimento econômico entre os anos de 1995 e 2017 e a correlação entre crescimento econômico e nível de pobreza entre os anos de 1995 e 2015. Isso aconteceu porque não foram disponibilizados os dados relativos à pobreza dos anos de 2016 e 2017. Vale ressaltar que os dados de 2000 e 2010 também não foram encontrados, mas, nesses dois casos, para efeito de cálculo, foi considerada a média entre o ano anterior e o ano posterior. O ano-base do período escolhido é 1995 por ser o primeiro ano após a estabilização macroeconômica trazida com a mudança de padrão monetário implantada pelo Plano Real. Os dados foram retirados do banco de dados do Banco Mundial, da série histórica do resultado fiscal do governo central feita pelo Tesouro Nacional (2018) e do Boletim do Banco Central (1996) e das estatísticas econômicas do IBGE (2018). Para medir o grau de correlação entre as variáveis apresentadas foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson, que, de acordo com Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009), mede o grau de dependência entre duas variáveis, ou seja, qual impacto o acréscimo ou decréscimo no valor de uma variável X terá na variável Y. O coeficiente varia de -1 a 1, sendo que o sinal indica se as variáveis são direta ou inversamente proporcionais e o valor indica a força dessa correspondência. O valor zero indica que as variáveis não possuem relação alguma.

A magnitude dessa correspondência é definida em diferentes classificações. Cohen (1988) define valores entre 0,10 e 0,29 como pequenos; entre 0,30 e 0,49 como médios e 0,5 e 1 como grandes

(tradução nossa). Já Dancey e Reidy (2006) apontam que um coeficiente entre 0,10 e 0,30 representa uma relação fraca; entre 0,4 e 0,6, uma relação moderada e de 0,7 até 1, uma relação forte.

Fórmula do Coeficiente de Correlação de Pearson:

$$r = \frac{1}{n - 1} \sum \left(\frac{x_i - X}{sx} \right) \left(\frac{y_i - Y}{sy} \right)$$

Fonte: Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009)

Quando se aplica essa fórmula ao problema de pesquisa, verifica-se que o n representa o número de anos observados, x_i representa o valor do resultado primário do governo central em cada ano observado, X representa a média entre esses valores e Sx representa o desvio-padrão. Por outro lado, y_i representa o valor do crescimento econômico brasileiro em cada ano observado, Y representa a média entre esses valores e Sy representa o desvio-padrão.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Crescimento Econômico



Gráfico 1- Variação percentual anual do PIB brasileiro

Fonte: Banco Mundial e IBGE

De acordo com o banco de dados do Banco Mundial, O PIB é a soma do valor bruto adicionado por todos os agentes econômicos nacionais somada a quaisquer impostos incidentes sobre estes produtos e descontada de quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem considerar a depreciação de bens fabricados ou a degradação dos recursos naturais.

Durante os doze anos que foram analisados (1995-2017), nota-se um comportamento bastante irregular do ritmo de crescimento econômico brasileiro. Nesse período, o governo Lula teve a melhor média de crescimento que ficou em 4,1 %. Já os governos de FHC e Dilma tiveram um crescimento médio de 2,4% e 0,34%, respectivamente. O crescimento médio geral do período foi de 1,96 %. Quando se analisa cada ano específico, nota-se que o auge do crescimento foi o ano de 2010, no qual verificou-se um crescimento de 7,53 %, e a maior decadência foi o ano de 2015, no qual ocorreu uma recessão econômica de 3,77 %.

4.2 Resultado Fiscal

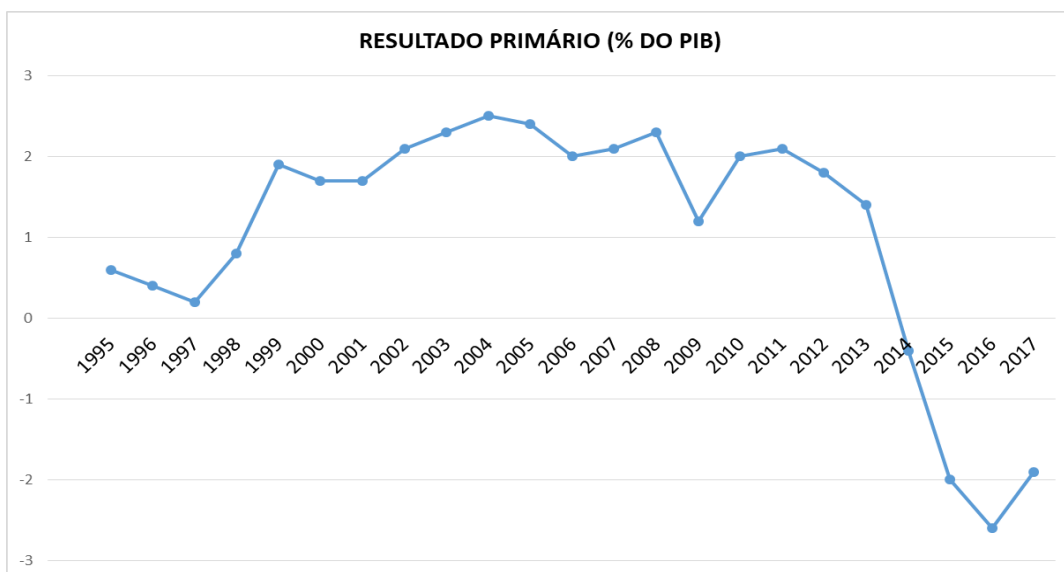


Gráfico 2- Evolução do resultado primário anual do governo central brasileiro como porcentagem do PIB

Fonte: Tesouro Nacional

O resultado fiscal que foi adotado na pesquisa representa o resultado primário do governo central brasileiro como proporção do PIB. Segundo o Manual de Estatísticas Fiscais do Boletim de Resultado do Tesouro Nacional (2016), o resultado primário corresponde à diferença entre todas as receitas e despesas não financeiras do governo.

A partir da observação dos dados, nota-se que o governo central brasileiro apresentou superávit primário em todos os anos de 1995 até 2013 com auge no ano de 2004, no qual verificou-se um superávit de 2,5 % do PIB. O resultado médio dos governos FHC, Lula e Dilma foi de 1,1%, 2,1% e 0,3%, respectivamente e o primeiro ano do governo Temer registrou um déficit primário de 1,9 %. Já o resultado médio do período inteiro foi de 0,4 %. Desde 2014, o governo vem apresentando apenas resultados primários negativos, sendo que o pior resultado foi um déficit de 2,6 % do PIB apurado no ano de 2016.

4.3 Pobreza

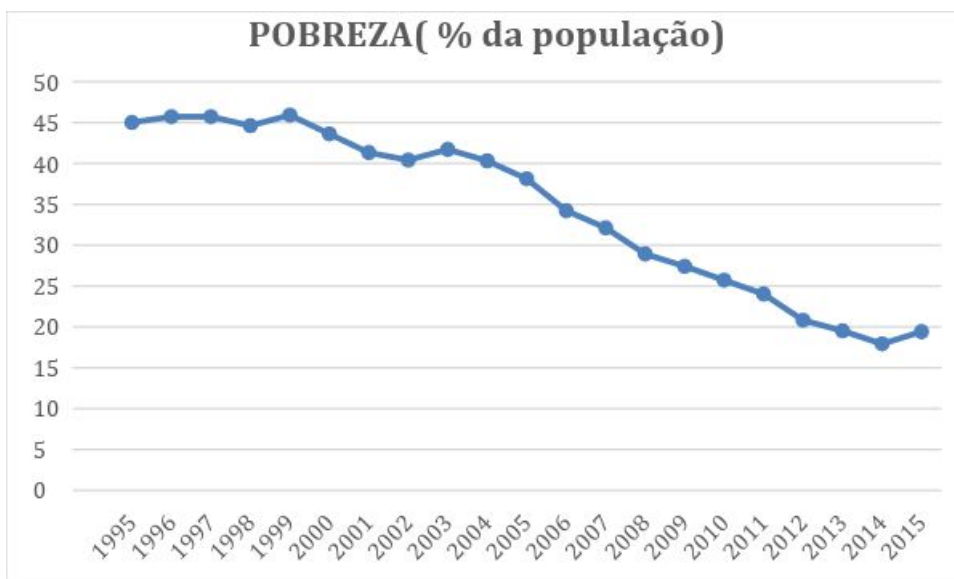


Gráfico 3- Evolução do percentual da população brasileira que vive com menos de US\$ 5,50 em PPC

Fonte: Banco Mundial

Para mensurar o nível de pobreza dos países, o Banco Mundial adota um padrão chamado PPC (Paridade do Poder de Compra) que leva em conta diversas informações referentes aos custos de vida dos países. Em 2015, a linha internacional de pobreza foi definida em um ganho diário de US\$ 1,90 em PPC. Em 2017, a fim de haver uma melhor adequação à realidade de cada país, foram definidas duas outras linhas de pobreza: US\$ 3,20 em PPC para países de renda média baixa e US\$ 5,50 em PPC para países de renda média alta, entre eles o Brasil. No período abordado, todos os governos brasileiros deixaram um nível de pobreza menor do que aquele que encontraram. O valor dessa diminuição quando se compara o nível de pobreza registrado no último ano de mandato com o do primeiro foi de 0,6%, 16% e 4,6 % para FHC, Lula e Dilma, respectivamente.

Durante o governo FHC (1995-2002), o nível de pobreza ficou estável em torno dos 45 % da população. Já a partir de 2004, nota-se uma diminuição constante do nível de pobreza conforme enfatizado pelo

relatório do Banco Mundial Salvaguardas Contra a Reversão dos Ganhos Sociais Durante a Crise Econômica no Brasil (2017). Essa melhora persistiu até a recessão iniciada no governo Dilma (2011-2016), no qual se verificou um aumento do nível de pobreza de 17,9 % em 2014 para 19,4 % em 2015.

4.4 Crescimento Econômico X Resultado Fiscal

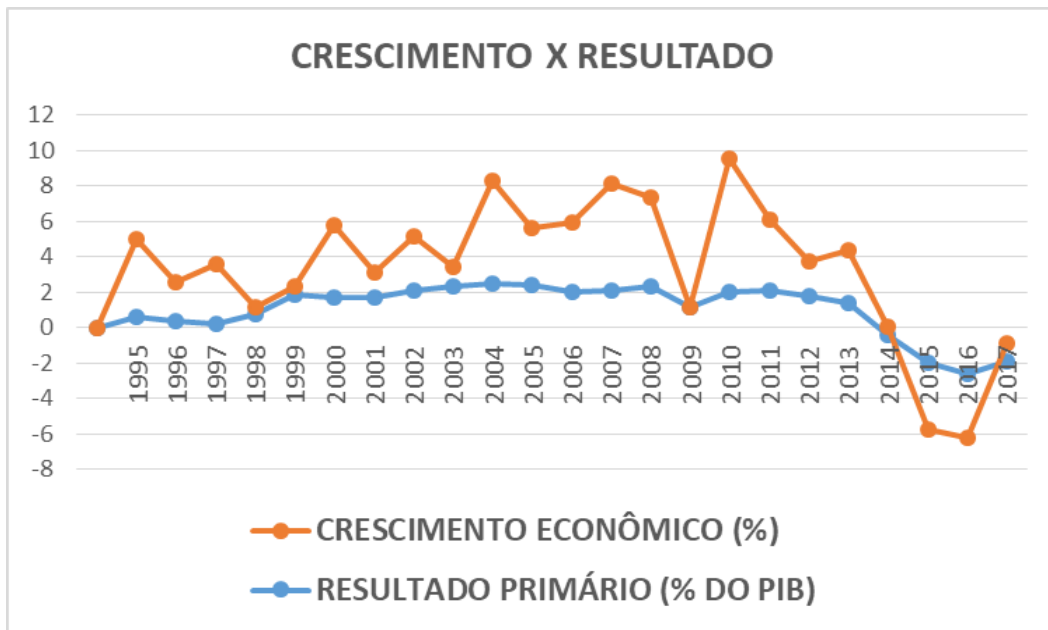


Gráfico 4- Crescimento Econômico X Resultado Fiscal

Fonte: Banco Mundial, Banco Central, Tesouro Nacional e IBGE

O Coeficiente de Correlação de Pearson entre o nível de crescimento econômico e o resultado primário do governo central brasileiro no período de 1995 até 2017 é de 0,713034723, o que constitui uma correlação forte tanto na classificação de Cohen (1988) quanto na Dancey e Reiday (2006). Isso indica que há uma forte correlação entre o valor obtido no resultado primário e o ritmo de crescimento econômico. Este fato fica claro quando se analisa o período entre 2014 e 2017, no qual o início da série de déficits primários acompanha a deterioração do crescimento econômico. Esse resultado corrobora a importância que o equilíbrio fiscal tem para o crescimento

econômico de um país, tese defendida por Alesina e Ardagna (1998), Belton e Cebula (1992) e Giavazzi e Pagano (1990).

4.5 Crescimento Econômico X Pobreza



Gráfico 5- Crescimento Econômico X Nível de Pobreza

Fonte: Banco Mundial

O Coeficiente de Correlação de Pearson entre o nível de crescimento econômico e nível de pobreza é de 0,131761643, o que demonstra uma correlação fraca e positiva entre as variáveis tanto na classificação de Cohen (1988) quanto na Dancey e Reiday (2006). Isso indica que quase não há correlação entre o nível de crescimento econômico e o ritmo de redução da pobreza. Este fato ficou evidente no período entre 2004 e 2014, no qual o ritmo de crescimento da economia brasileira foi bastante inconstante, mas a queda do nível de pobreza ocorreu em todos os anos sem exceção. Com isso, este trabalho não corrobora a tese defendida por Adams (2003) de uma forte correlação entre o nível de crescimento econômico e a redução da pobreza. No

entanto, não é possível inferir desse resultado uma incompatibilidade com a tese de Dollar e Kraay (2002), a qual destaca a importância do crescimento econômico para o aumento de renda de todas as classes sociais. Isso fica evidente ao verificar-se que a primeira grande recessão econômica de todo o período estudado ocorrida em 2015 coincidiu com o primeiro aumento do nível de pobreza desde o começo da série constante de quedas no ano de 2004.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Conclusões

Este trabalho teve o objetivo de analisar como o resultado fiscal observado no Brasil afeta a situação socioeconômica do país como um todo. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica para identificar os diferentes significados e implicações atribuídos aos conceitos de resultado fiscal, crescimento econômico e pobreza. Depois, foi feito um levantamento de dados secundários para se coletar os valores anuais dessas três variáveis observados entre os anos de 1995 e 2017. E por fim, utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson para identificar as correlações entre o resultado fiscal e o crescimento econômico e entre o crescimento econômico e o nível de pobreza. Com isso, verificou-se que um resultado fiscal positivo influencia positivamente o crescimento econômico, já que a correlação encontrada entre essas variáveis é muito forte. Por outro lado, verificou-se que o crescimento econômico influencia pouco a variação do nível de pobreza, já que a correlação encontrada entre essas duas variáveis é muito fraca. Conclui-se, portanto, que o equilíbrio fiscal tem uma importância parcial para a situação socioeconômica do país, uma vez que possui uma influência direta e positiva no nível de crescimento econômico, só que este, por sua vez, não é capaz de afetar de maneira relevante o aspecto social relacionado ao nível de pobreza.

5.2 Limitações da Pesquisa

Um fator que dificultou o desenvolvimento do trabalho foi a escassez da bibliografia em português que aborda de maneira focalizada a relação entre equilíbrio fiscal e crescimento econômico. Além disso, o Banco Mundial não disponibilizou os índices de pobreza dos anos de 2000, 2010, 2016 e 2017, o que prejudicou parcialmente a análise dos dados.

5.3 Agenda Futura

Este trabalho identificou os prejuízos que a deterioração fiscal gera para o Brasil. No entanto, não abordou quais são as espécies de gastos que mais contribuem para essa situação, o que poderia ser o tema de futuras pesquisas. Além disso, poderiam ser estudadas quais medidas seriam mais efetivas para aumentar a arrecadação federal e, com isso, ajudar a equilibrar o resultado fiscal também pelo lado da receita.

De acordo com o portal de notícias do Senado Federal, o Orçamento Federal Brasileiro de 2017 designou 9.6 % de suas despesas totais para o pagamento de juros e encargos da dívida pública. A partir disso, poderia ser analisado o papel que a política monetária exercida pelo Banco Central tem sobre o resultado nominal do governo central brasileiro.

Além disso, poderia ser feito um estudo comparativo para verificar como as correlações entre o equilíbrio fiscal e o crescimento econômico e entre este e o nível de pobreza funcionam em países desenvolvidos e em outros países emergentes.

Por fim, futuras pesquisas também poderiam investigar o efeito que os programas sociais federais têm sobre o nível de pobreza por meio de uma profunda análise de sua eficiência, equidade e dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

ABREU, C.R.; CÂMARA, L.M. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da

- formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 73-90, 2015.
- ADAMS, R.H. Economic Growth, Inequality and Poverty. **The World Bank**, Washington, DC, 2003.
- ALESINA, A.; ARDAGNA, S. Tales of fiscal adjustment. **Economic Policy**, v.13, n. 27, p.488-545, 1998.
- BANCO CENTRAL. **Boletim do Banco Central do Brasil- Relatório Anual**. Brasília: 1996.
- BANCO MUNDIAL. **Retomando o Caminho para a Inclusão, o Crescimento e a Sustentabilidade**. Washington, DC: 2016.
- BANCO MUNDIAL. **Salvaguardas Contra a Reversão dos Ganhos Sociais Durante a Crise Econômica no Brasil**. Washington, DC: 2017.
- BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil**. Washington, DC: 2017.
- BARBOSA FILHO, F.H. A crise econômica de 2014/2017. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. **Fundação Perseu Abramo**, São Paulo, 2010.
- BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.
- BELTON, W.; CEBULA, R. Budget Deficits and Economic Growth. **American Statistical Association 1993 Proceedings of the Business and Economic Statistics Section**, v.8, n.3, p.343-347, 1992.
- BRASIL. Constituição, 1967.
- BRASIL. Constituição, 1988.
- BRASIL. Lei nº 101, de 4 de maio de 2000.
- COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.
- CORAZZA, G. Ciência e Método na História do Pensamento Econômico. **Revista de Economia**, v. 35, n. 2, p. 107-135, 2009.

- CRESPO, A.P.A; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenomeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v.1, n.2, 2002.
- DAL BEM PIRES, J.S.; MOTTA, W.F. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 25, n.2, p. 16-25, 2006.
- DANCEY, C.; REIDY, J. **Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DOLLAR, D.; KRAAY, A. Growth is Good for the Poor. **Journal of Economic Growth**, v.7, n.3, p. 195-225, 2002.
- DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.
- FIGUEIREDO FILHO, D.B.; SILVA JÚNIOR, J.A. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, Recife, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Comunicado do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos**, 2015.
- GIAMBIAGI, F. Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do período 1995-2002. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 32, n.1, p. 1-48, 2002.
- GIAVAZZI, F.; PAGANO, M. Can Severe Fiscal Contractions Be Expansionary? Tales of Two Small European Countries. **NBER Macroeconomics Annual**, v. 5, p. 75-122, 1990.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRUSS, B. After the Boom – Commodity Prices and Economic Growth in Latin America and the Caribbean. **International Monetary Fund**, Washington, DC, 2014.
- HOFFMANN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001.
- INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE. **Relatório de Acompanhamento Fiscal**. Brasília: 2018.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas Econômicas**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes.html>>. Acesso em: 20 mar.2018.
- KAMOGAWA, L.F. **Crescimento econômico, uso dos recursos naturais e degradação ambiental: uma aplicação do modelo EKC no Brasil**. 2003. Dissertação de Mestrado, USP, Piracicaba.
- KEYNES, J.M. **The End of Laissez-Faire: The Economic Consequences of the Peace**. Nova York: Prometheus Books, 2004.
- KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review**, v.45, n. 1, p.1-28, 1955.
- LOPREATO, F. L. C. A Política Fiscal Brasileira: Limites e Entraves ao Crescimento. **IE/Unicamp**, Campinas, 2007.
- MARTINS, C.E. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 35-43, 2007.
- MARX, K. **O Capital**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATOS, R. A.; ROVELLA, S.B.C. Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução. **Revista Eletrônica Opet**, Curitiba, v.3, n.6, 2010.
- MATTAR, F.N. **Pesquisa de Marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MEADOWS, D. et al. **Os limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Glossário do Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=p>>. Acesso em: 30 mar.2018.
- MONTES, G.C; ALMEIDA, A.F.G. Compromisso Fiscal, Expectativas Empresariais e Produção Industrial: O Caso Brasileiro. **Rev. Bras. Econ.** Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 221-244, 2016.
- MOREIRA, A.; ROCHA, K. A política fiscal e as taxas de juros nos países emergentes. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 3, p. 485-496, 2011.

- MUSGRAVE, R.A. **Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental**. São Paulo: Atlas, 1976.
- NAKAGUMA, M.Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Rev. Bras. Econ.** Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.
- OLIVEIRA, G.; TUROLLA, F. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 195-217, 2003.
- PAULA, L.F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017.
- RANDALL, A. **Resourc economics: an economic approach to natural resource and envinromental policy**. 2.ed. Nova York: John Wiley & Sons, 1987.
- RAVALLION, M. Growth and poverty: Evidence for developing countries in the 1980s. **Economics Letters**, V.48, p. 411-417, 1995.
- SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SENADO FEDERAL. **Senado Notícias**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/congresso-aprova-orcamento-de-r-3-5-trilhoes-para-2017-1>>. Acesso em: 26 mar.2018.
- SILVA (EM MEMÓRIA), D. A.; NELSON, A.V.M.; SILVA, M.A.R. Do Desenvolvimento como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento como Liberdade: A Evolução de um Conceito. **Revistas Eletrônicas Unijuí**. v. 16, n. 42, p. 42-71, 2018.
- SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. 1.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TESOURO NACIONAL. **Manual de Estatísticas Fiscais do Boletim Resultado do Tesouro Nacional**. Brasília: 2016.
- TESOURO NACIONAL. **Tabela do Resultado Primário do Governo Central**, Brasília: 2018.
- WORLD BANK. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR>>. Acesso em: 27 mar.2018.

WORLD BANK. **World Bank Open Data.** Disponível em:<
<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.UMIC?locations=BR>>.
Acesso em: 26 mar.2018.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future.** Oxford: 1987.